

16765

LLI

16

(1)

São Paulo, 30 de junho de 1997

A MESA PAULO KOBAYASHI - Presidente

SÃO PAULO Ofício CSOP Senhor Presidente,

> Na qualidade de Presidente da Comissão de Serviços e Obras Públicas, solicito de Vossa Excelência providências no sentido de que o Projeto de Lei nº 397/95, de autoria do Deputado José Carlos Tardelli seja restaurado, uma vez que encontra-se extraviado.

> Ao ensejo, reitero a Vossa Senhoria meus votos de estima e consideração.

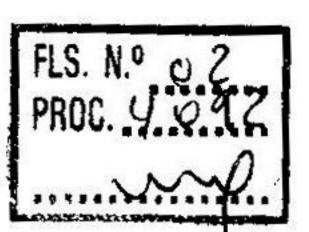
Deputado PAULO TEIXEIRA Presidente da Comissão de SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Excelentíssimo Senhor Paulo Kobayashi DD Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

> PROTOCOLO REGISTRO GERAL LEGISL. Autuado c/ 03/Folhas Ass:

D.A.P.M.

SERVIÇO TÉCNICO AUXILIAR DA MESA



Solicitante: DEP. PAULO TEIXEIRA - Pres. C. Serv. e Obras Púb.

N.o

Proposição: Proj. de lei nº 397/95 - Dep. JOSÉ CARLOS TARDELLI

Tramitação:

Dispõe sobre a obrigatoriedade pelas Administrações Pública Direta, Indireta e Fundacional, nas licitações para obras ou serviços de Engenharia Civil, a remessa prévia dos editais completos para exame técnico das en tidades representativas do setor de construção civil.

10.06.95 - Publicado

13.06.95 - Pauta de 19 Sessão 21.06.95 - Pauta de 5ª Sessão

27.06.95 - Comissão de Constituição e Justiça

08.03.96 - Autor requer Relator Especial

18.03.96 - Presidente solicita Relator Especial

26.03.96 - Designado Dep. Carlos Alberto Bel Relator Es

pecial

03.04.96 - Comissão de Serviços e Obras Públicas



STAM, 08 / agosto /.

(Assido Funcionario)



Projeto de lei n.º 397, de 1995

Dispõe sobre a obrigatoriedade pelas Administrações Públicas Direta, Indireta e Fundacional, nas licitações para obras ou serviços de Engenharia Civil, a remessa prévia dos editais completos para exame técnico das entidades representativas do setor de construção civil.

Artigo 1.º — Os Orgãos das Administrações Públicas Direta, Indireta e Fundacional, inclusive as sociedades de economia mista sob controle direto ou indireto do Estado, quando da realização de licitações públicas, sob qualquer modalidade, para a execução de obras ou serviços de engenharia civil, deverão submeter os respectivos editais completos ao exame técnico prévio das entidades representativas do setor da construção civil do Estado de São Paulo.

§ 1.º — Por obras e serviços de engenharia civil compreendem-se, para os fins desta Lei, aqueles definidos no Artigo 6.º, da Lei n.º 8.666 de 21-6-

§ 2.º — Por entidades representativas do setor de construção civil, compreendem-se para os fins desta Lei, sindicatos patronais e federação dos trabalhadores da construção civil.

Artigo 2.º — As entidades representativas do setor de construção civil emitirão parecer técnico em até 10 (dez) dias, findos os quais, com ou sem sua manifestação, dar-se-á prosseguimento ao processo licitatório.

Artigo 3.º - A recusa, no todo ou em parte, do parecer técnico será justificada mediante decisão escrita e fundamentada da comissão ou orgão responsável pela licitação.

Parágrafo Único — A Justificativa da recusa, total ou parcial do parecer, técnico será publicada no Diário Oficial do Estado.

Artigo 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, não

se aplicando às licitações cujos editais já tenham sido publicados.

Justificativa

Tendo em vista o grande número de impugnações de editais de concorrências públicas, mandatos de segurança e ações de empresas e entidades representativas, após a aprovação da Lei n.º 8.666, de 21-6-93, contra procedimentos de licitações do governo, o que acarreta atrasos nos inícios de execuções de obras e serviços, comprometendo os benefícios para a população.

Levando-se em conta a necessidade de transparência nesses atos de licitações do Governo Estadual e a necessidade clamada pela população do exercício de cidadania, onde se insere a fiscalização por parte do povo das atividades do governo, é que propomos o seguinte Projeto de Lei, conclamando o setor organizado da sociedade a participar de forma prévia dos procedimentos licitatórios.

Sala das Sessões, em 8-6-95

2) José Carlos Tardelli

ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 1.º, "CAPUT" DA RESOLUÇÃO N.º 801/99.

17 / LUCCUTO/ZOOD

VANDERLEI MACRIS - Fresidente

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no 'DIARIO OFICIAL'
de J.A. O. 2. 2. 0.00.